



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO
GRAU DE JURISDIÇÃO**

Data: 11/09/2023, às 14h, via Google Meet.

Pauta da Reunião:

- ✓ Apresentação da Secretaria Conjunta de Caruaru;
- ✓ Revisão do Planejamento Estratégico;
- ✓ Projeto para transformação de Funções Commissionadas nas Varas do Trabalho;
- ✓ Eleição do(a) Vice coordenador(a) da Comissão;
- ✓ Alteração da data da próxima reunião.

Aos 11 dias do mês de setembro de 2023, realizou-se a 2ª reunião da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Estavam presentes: NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO (Juíza do Trabalho Titular do TRT6 e Coordenadora da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição); RAFAEL VAL NOGUEIRA (Juiz do Trabalho- Presidente da AMATRA6); ADRIANA SATOU LESSA FERREIRA PINHEIRO (Juíza do Trabalho Auxiliar da Presidência); AGENOR MARTINS PEREIRA (Juiz do Trabalho Titular do TRT6); LILIANE MENDONÇA DE MORAES SOUZA (Juíza do Trabalho do TRT6); EDUARDO HENRIQUE BRENNAND DORNELAS CÂMARA (Juiz do Trabalho do TRT6); HUMBERTO CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE (Secretário-Geral Judiciário do TRT6); MARISIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA BAHE (Diretora de Secretaria da 23ª Vara do Trabalho de Recife); IGOR JOSÉ BEZERRA BRASILINO (Diretor de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Recife); THAIS SENA LIMA (Diretora de Secretaria da Vara do Trabalho de Carpina); MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES GOMES (Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros); HENRIQUE BEÇA GIBSON (Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Caruaru); LUCIANA VON SÖHSTEN (Assistente da SECGEST); MANCINELLI FAUSTINO VILA NOVA (SECGEST); MARIA ANNELIESE GOUVEIA GRANJA (Gabinete da Presidência).

O Secretário-Geral Judiciário, Humberto Corrêa de Oliveira Andrade cumprimentou os participantes e deu início à reunião informando que o Projeto da Secretaria Conjunta de Caruaru será inaugurado no dia 20/09/2023 e que a solenidade contará com a presença da Desembargadora Corregedora do TRT da 15ª Região, idealizadora e entusiasta do projeto. Em seguida, foi convidado o Diretor da 3ª Vara do Trabalho de Caruaru, Henrique Beça, para fazer uma breve exposição acerca do processo de organização da referida Secretaria Conjunta.

Na ocasião, expôs-se que a Secretaria Conjunta será dividida em 05 setores: Conhecimento, Liquidação, Pesquisa Patrimonial Básica, Pesquisa Patrimonial Avançada e Pagamento. Quanto à estrutura e organização, Henrique Beça afirmou que o mobiliário do Fórum foi adequado à nova divisão de espaços de trabalho, que o Setor de Saúde fez entrevistas com os servidores e que a TI configurou ambiente de treinamento próprio no PJe para testes e criação de modelos. Disse ainda



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

que foram feitas apresentações do projeto no Encontro dos Diretores e perante o Tribunal Pleno, tendo sido marcada para o dia 14/09/2023 apresentação na subseccional da OAB em Caruaru.

Para exposição acerca do segundo tema proposto na pauta (Revisão do Planejamento Estratégico) foram convidados os servidores, Luciana von Söhsten e Mancinelli Faustino Vila Nova, representantes da SECGEST. Mancinelli Vila Nova reforçou a importância da participação da Comissão na revisão do Planejamento Estratégico do Tribunal, considerando tratar-se de atividade necessária para os ajustes no planejamento em andamento (2021/2026) com o intuito de alinhar o portfólio de ações do Regional aos objetivos estratégicos, e que há vários objetivos que demandam ações da área judiciária, daí porque a análise e participação da Comissão é de grande importância. Ressaltou que essa iniciativa visa buscar melhorias positivas para execução do Planejamento Estratégico do TRT-6. Informou que foi disponibilizado ao magistrado Eduardo Dornelas Câmara uma versão integral do arquivo do formulário e que o formulário estará disponível para resposta até o dia 20/09/2023. Por fim, colocou-se à disposição para apoio e esclarecimento de dúvidas. Luciana von Söhsten, por sua vez, apresentou a Revisão da Carta de Serviços ao Cidadão como um plano de ação da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica. Informou que a Carta de Serviços foi instituída em 2015 por meio do Ato 408/2015, e que o documento foi elaborado em 2017, com algumas alterações, mas que a STIC solicitou revisão, em razão da necessidade de melhorar sua nota no IGov-TIC, uma vez que era necessária a ampliação do índice de serviços prestados de forma eletrônica e/ou digital. Disse que a revisão foi finalizada em julho/2023, mas percebeu que ainda pode ser melhorada, tanto na forma que é disponibilizada quanto no conteúdo, e, como a grande parte dos serviços trata-se de serviços da área judiciária, a ideia é que os membros da Comissão possam avaliar e dar um *feedback* à SEGGEST sobre o conteúdo da Carta de Serviços ao Cidadão, que está disponível na página do Tribunal - <https://www.trt6.jus.br/portal/carta-de-servicos-ao-cidadao>. Na oportunidade, o magistrado Agenor Martins sugeriu fazer um ambiente *wiki*, a fim de viabilizar o compartilhamento de informações. Sobre a sugestão, Luciana von Söhsten informou que o Observatório já contempla essa possibilidade.

Quanto ao projeto para transformação de funções comissionadas nas Varas do Trabalho, terceiro ponto da pauta, a Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Adriana Satou Lessa, registrou que a FC6 criada no TRT6 no final do ano de 2022, destinada às Varas do Trabalho, tinha sido concebida, originalmente, para contemplar o Assistente de Juiz Titular, mas, ao final, por decisão da administração anterior, prevaleceu o direcionamento ao assistente do(a) Diretor(a). a magistrada relatou que, atualmente, há um pleito dos calculistas das Varas no sentido de que seja destinada uma FC5 aos servidores que exerçam a respectiva atividade, hoje gratificados com uma FC4. Considerando essa demanda e como forma de contemplar uma quantidade maior de servidores, a atual administração está idealizando transformar a FC6 em FC5 e, com a diferença de crédito gerada, transformar duas FC4 em duas FC5, as quais seriam destinadas ao calculista e ao assistente de secretaria. A magistrada Miriam Souto Maior afirmou não concordar com a proposição, eis que uma mudança no atual momento iria gerar insatisfação dos assistentes de diretores. O Juiz Agenor Martins também disse não concordar com a sugestão de transformação da FC6, e que esta função, assim como as demais, deveriam ser distribuídas a critério do Juiz



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

Titular de cada Vara. A juíza Necy Lapenda, por sua vez, sugeriu que poderia ser feito um levantamento entre as secretarias, a fim de avaliar a distribuição real das funções. Ainda sobre a questão em discussão, a Diretora de Secretaria da 23ª Vara do Trabalho do Recife, Marisia Bahe, disse discordar da nova proposta e ressaltou a importância do assistente de diretor, especialmente nas eventuais ausências do seu titular, e que, em relação ao setor de cálculo das Varas, há o Núcleo 4.0 como alternativa, além da possibilidade de nomeação de peritos calculistas em processos mais complexos. A magistrada Necy Lapenda ressaltou a discrepância entre a perda financeira dos ocupantes da FC-06 e a vantagem auferida pelos beneficiários. Por sua vez, o magistrado Eduardo Câmara sugeriu fosse realizado um levantamento dos dados concretos de cada Vara e apresentados à comissão, com detalhamento financeiro, como forma de enxergar melhor o quadro atual, considerando os seguintes pontos: número de calculistas, função de cada um, quantas FC6 em cada unidade e qual a atividade desempenhada por cada um. Também propôs fosse avaliado o impacto no ganho geral e na perda de cada função e, por fim, o impacto para a Administração nos gastos. Ressaltou também que qualquer alteração deve observar a Resolução 296 do CSJT. A magistrada Liliane Mendonça disse também discordar com a mudança, e que seria um processo complexo, que geraria insatisfação por parte de quem recebe a FC6. O magistrado Rafael Val manifestou-se no sentido de que, a princípio, não havia razão para intervenção da Amatra, já que as alterações propostas envolvem FCs que não estão vinculadas aos juízes. Por fim, o Secretário-Geral Judiciário afirmou que o sentimento da Comissão será exposto à presidência para efeito de deliberação. Finalizada a discussão sobre o ponto, o magistrado Rafael Val agradeceu a oportunidade de acompanhar a reunião e disse que a AMATRA está à disposição para discutir o tema.

Iniciada a eleição do(a) Vice coordenador(a) da Comissão, à unanimidade de votos, resultou eleita a magistrada Liliane Mendonça de Moraes Souza.

Ao final, restou definido **o dia 04/12/2023, às 14h**, para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, o Secretário-Geral Judiciário agradeceu a presença de todos, conduzindo a palavra à Coordenadora que declarou encerrada a reunião, da qual eu, Maria Anneliese Gouveia Granja, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos membros titulares da Comissão.

Assinado Eletronicamente

NECY LAPENDA PESSOA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO

Juíza do Trabalho Titular do TRT6

Coordenadora da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

Assinado Eletronicamente

AGENOR MARTINS PEREIRA

Juiz do Trabalho Titular do TRT6

Assinado Eletronicamente

LILIANE MENDONÇA DE MORAES SOUZA

Juíza do Trabalho do TRT6



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

Assinado Eletronicamente

EDUARDO HENRIQUE BRENNAND DORNELAS CÂMARA
Juiz do Trabalho do TRT6

Assinado Eletronicamente

MARISIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA BAHE
Diretora de Secretaria da 23ª Vara do Trabalho de Recife

Assinado Eletronicamente

IGOR JOSÉ BEZERRA BRASILINO
Diretor de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Recife

Assinado Eletronicamente

THAIS SENA LIMA
Diretora de Secretaria da Vara do Trabalho de Carpina

Assinado Eletronicamente

MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES GOMES
Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros